

Inclusões /Exclusões, que si

Luiza Cortesão



Dos numerosos e diversificados interesses e, com eles relacionados, os numerosos processos de exercício de poder que atravessam e influenciam o que acontece na sociedade, resultam múltiplas situações que vão, do domínio de alguns, à submissão, discriminação, mesmo de exclusão, de outros. Um olhar, minimamente atento ao que se passa à nossa volta, permite identificar a existência de diversas destas situações. Elas acontecem a diferentes níveis da sociedade, de modos mais ou menos explícitos, com maior ou menor violência, e muitas são mesmo funcionais aos interesses dos grupos dominantes.

Um claro exemplo desta relação pode ser observado em situações de crescente importância que actualmente ocorrem, em contextos neoliberais de globalizações, quando se recorre à mão-de-obra barata, sobretudo para desenvolver grandes empreendimentos. Espera-se então que este tipo de mão-de-obra produza o máximo, usufruindo do mínimo possível de regalias e de direitos. Chega-se a verbalizar tal opinião sem qualquer preocupação de colorir

ou de disfarçar o que ela significa. Por exemplo, recentemente, um dos homens mais ricos de Portugal, defendia publicamente uma ideia que foi registada pelo jornal *Público*.

“Diz-se que não se devem ter economias baseadas em mão-de-obra barata. Não sei porque não. Porque, se não for a mão-de-obra barata, não há emprego para ninguém. (...) Se a gente quer concorrer com potências que têm muito maior produtividade, é impossível pagar salários de alta produtividade a trabalhadores com baixa produtividade.”

Fácil será de ver como o abandono escolar precoce e o insucesso são funcionais a uma opção económica e política como esta. Inacreditavelmente defende-se ser esta a forma de não se correr o risco de não haver “emprego para ninguém”.

Mão-de-obra barata com pessoas de “baixa produtividade” é, aliás, fácil de conseguir num país em que, apesar dos esforços feitos até há uns anos atrás, ainda há 3500 milhões de portugueses sem qualquer diploma ou apenas com o 1º ciclo do ensino básico (Relatório do Conselho Nacional de Educação, 2013).

Prolongando ainda o mesmo olhar atento, podem identificar-se e descodificar outros significados de afirmações e de medidas que vão sendo tomadas e que têm lugar no contexto neoliberal que enforma muitas das sociedades atuais. Pode verificar-se que o que é preservado, valorizado e apoiado, é tudo o que rende, o que não acarreta custos considerados desnecessários. Assim sendo, tudo o que é considerado “carga financeira inútil” deverá, nesta perspetiva, ser contido ou eliminado. Por exemplo, esta posição, que simboliza o quadro ideológico em que muitas sociedades atuais se movem, foi defendida, recentemente, de forma bem explícita pelo ministro das finanças

gnificados?

japonês Taro Aro. A sua intervenção foi também registada pelo jornal *Público*.

“O ministro japonês das finanças, em função há mais de um mês, defende que os cuidados de saúde para os mais idosos significam um custo desnecessário para o país e que a estes pacientes deveria ser permitido morrer rapidamente, para aliviar a pesada carga financeira que representa o seu tratamento na economia japonesa” (Público, Mundo, 23.01.2013, 18h26m)

Nesta perspectiva, velhos que já não rendem, mulheres que engravidam e param de trabalhar, migrantes muitas vezes traumatizados que não dominam a língua do país de acolhimento, e produzem pouco e devagar, iletrados que não são diligentes e empenhados no trabalho que lhes é atribuído pelo seu patrão, no mínimo, não deverão constituir fonte de despesa para não representarem um peso inútil, para o todo poderoso mundo financeiro, que necessita, pela sua própria natureza, de estar continuamente em expansão. Quando muito, estes grupos minoritários podem, às vezes, ser aproveitados como mão-de-obra, mas só se for mão-de-obra barata. Não será bom lembrar que estas consideradas minorias, se todas juntas, constituem, na verdade, a maioria da população, uma maioria que deveriam ser constituída por cidadãos.

Mas, ao contrário porque não são tratados como cidadãos, são, por vezes, de modo bem visível, mesmo violento, objecto de discriminação e de exclusão.

Podendo, então pela sua violência, chocar a opinião pública comum, alguns fenómenos de discriminação e de exclusão, pelo me-

nos os mais visíveis, são por vezes objecto de atenção, até de condenação social. E, se as tensões sociais decorrentes de flagrantes situações de injustiça forem percebidas como sendo grandes demais, podem ser entendidas como tendo contornos ameaçadores para a segurança e bem estar da restante sociedade. É neste quadro que, por vezes, se tomam medidas que visam conseguir que se faça o que Boaventura de Sousa Santos designou por uma “gestão controlada da exclusão”¹ (Santos, 1999). Estas medidas, decididas por quem detém algum poder e que, consideram sobretudo os sintomas percebidos como mais perigosos, e não vão à raiz dos problemas. Simplesmente, vão procurar atenuá-los. É o que se designou, em trabalhos anteriores, como processo que consiste, em somente, “surfear”² os problemas (Stoer, Cortesão, Magalhães, 1998). Procura-se assim diminuir tensões que se admite estarem a um nível grande de perigosidade. Não se resolve o problema, mascara-se, mas tenta-se manter a situação afastada do perigo de reacções violentas.

Inúmeros trabalhos evidenciaram o papel que a escola frequentemente desempenha na manutenção da estratificação social. De facto, análises fundamentadas e insuspeitos dados estatísticos denunciam que o sucesso ou insucesso escolar se distribui de forma desigual. Esta desigualdade verifica-se entre nas crianças oriundas de meios desfavorecidos sobre o ponto de vista socioeconómico e/ou culturalmente mais distantes dos saberes que a escola considera como os únicos aceitáveis, bem como de crianças portadoras de alguma deficiência, e crianças oriundas de contextos sociais mais favorecidos mais protegidos. Surgem então como medidas do tipo anteriormente referidas como sendo as que tentam uma “gestão controlada da exclusão”,

¹Santos, Boaventura de Sousa (1999). A construção multicultural da igualdade e da diferença. Oficina do CES, 135. Consultado em <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/135/135.pdf>.

²Cortesão, Luiza, Magalhães, António, & Stoer, Stephen (2001). Mapeando decisões no campo da educação, no âmbito do processo da realização das políticas educativas. Educação Sociedade & Culturas, 15, 45-58.

os CEF, os Currículos alternativos, os PIEF que separam os maus alunos dos bons e oferecem aos primeiros um ensino mais fácil mas de menor qualidade. Defende-se também o ensino integrado mas, curiosamente, diminuem-se os professores de apoio e as verbas necessárias para desenvolver as estratégias necessárias de educação. Com esforços de muitos, consegue-se alguma inclusão mas, dadas as condições oferecidas, ela acontece com as crianças excluídas no interior das escolas. Por outro lado, sobretudo em sociedades cujo funcionamento é mais ou menos democrático, onde portanto, a reivindicação de direitos é mais possível, diferentes actores sociais, frequentemente, manifestam-se e exigem aquilo que entendem ser-lhes devido. Luta-se por direitos humanos, cada vez mais alargados a todos os cidadãos. Para além dos direitos políticos e socioeconómicos, mais recentemente reivindicam-se direitos culturais, como por exemplo, direitos ecológicos, direitos às diferentes diferenças sem as quais não se usufrui da condição de cidadão.

A consciência da enorme complexidade e dificuldade de conseguir uma escola realmente inclusiva, pode representar ainda um outro

obstáculo. Ele consiste na tentação de cruzar os braços, de parar, de não fazer nada que contribua para uma, ainda que frágil, corrente anti hegemónica. Não lutar contra a corrente, porque esta é demasiado poderosa, pode constituir uma tentação perigosa.

É ceto que esta é uma luta desigual. É uma luta desigual, muito difícil de travar! E por ser difícil, muitos consideram utópica, a ideia de se poder construir um mundo onde os direitos de cidadania sejam usufruídos por todos.

Birri disse um dia algo de muito interessante sobre a qual vale a pena reflectir e que pode, eventualmente, estimular a que se tome posição, quer relativamente a grandes causas, quer na tomada de decisões no nosso quotidiano de profissionais e de cidadãos.

Disse Birri³:

"A utopia está lá no horizonte. Aproximo-me dois passos, e ela afasta-se dois passos. Por mais que caminhe, jamais a alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso, para que não deixe de caminhar." Fernando Birri, cit. por Eduardo Galeano (1994: 310).

Luiza Cortesão

³Galeano, Eduardo (1994). Las palabras andantes. Ed Siglo XXI. (Tradução livre).

**Estuda
em Almada**

**Faz acontecer.
Tu podes.**

INSTITUTOPIAGET

 **Instituto
PIAGET**
www.ipiaget.org

Mestrados (2.º Ciclo)
2013 / 2014

Administração e Gestão Escolar
Educação Especial
Educação Pré-Escolar
Educação Pré-Escolar e Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico
Educação pela Arte
Ensino de Educação Física nos Ensinos Básico e Secundário
Ensino de Música
Música - Direção
Processamento Alimentar e Inovação
Psicologia Clínica e da Saúde
Psicologia Social e das Organizações
Supervisão Pedagógica e Avaliação